

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS 2

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	Investigação científica nas ciências humanas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-392-7 DOI 10.22533/at.ed.927191306 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas -Parte 2” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares.

Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FICÇÃO - FERRAMENTA DO PENSAMENTO	
Marcus Fabio Galvão Facine	
DOI 10.22533/at.ed.9271913061	
CAPÍTULO 2	8
CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:ESTÍMULOS PARA O SUCESSO NA ALFABETIZAÇÃO	
Isabela Censi	
Gabriella Rossetti Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913062	
CAPÍTULO 3	16
FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL: ANÁLISE DE SITES E BLOGS	
Martha Benevides da Costa	
Rafael Santiago de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9271913063	
CAPÍTULO 4	28
HARRIET MARTINEAU, ALÉM DE SEU TEMPO	
Vitória Rodrigues Rocha Milioni	
Kevin Gustavo Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913064	
CAPÍTULO 5	39
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COTIDIANO NAS CRÔNICAS DE RUBEM BRAGA	
Lucas de Oliveira Cheque	
DOI 10.22533/at.ed.9271913065	
CAPÍTULO 6	50
IDENTIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DA CATEGORIA IDENTIDADE NOS TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTADOS NOS GT'S 03 E 23 DA ANPED NO PERÍODO DE 2003 A 2015	
Breno Alves dos Santos Blundi	
Maria Denise Guedes	
DOI 10.22533/at.ed.9271913066	
CAPÍTULO 7	61
INOVAÇÃO NAS AULAS DE MATEMÁTICA: O USO DE MANGÁS NO ENSINO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA	
Luis Felipe Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.9271913067	

CAPÍTULO 8	68
LA VALORIZACIÓN DE LOS SABERES DE LA CULTURA DEL BUTIÁ EN SANTA VITÓRIA DO PALMAR (RS), BRASIL	
Bibiana Schiavini Gonçalves Toniazzo Laura Bibiana Boada Bilhalva	
DOI 10.22533/at.ed.9271913068	
CAPÍTULO 9	77
LÉXICO TABU E LA CASA DE PAPEL: OBSERVAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO DO PAR LINGUÍSTICO ESPANHOL-INGLÊS	
Denise Bordin da Silva Antônio Melissa Alves Baffi-Bonvino	
DOI 10.22533/at.ed.9271913069	
CAPÍTULO 10	89
MÃE SOCIAL: UM MODO DE EDUCAR ENTRE A VULNERABILIDADE E O ACOLHIMENTO	
Bruno da Silva Souza Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.92719130610	
CAPÍTULO 11	98
MONITORAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA MUNICIPAL SOB A PERSPECTIVA SINDICAL	
Nayla Karoline Demilio Perez Brássica	
DOI 10.22533/at.ed.92719130611	
CAPÍTULO 12	114
NO PRESENTE O PASSADO REVELA-SE MAIS PRESENTE: PRÁTICAS DISCIPLINARES DE CASTIGOS ESCOLARES NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990 EM SERRINHA-BA	
Angélica Silva Santos Selma Barros Daltro de Castro Ivonete Barreto Amorim Solange Mary Moreira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.92719130612	
CAPÍTULO 13	120
NÚCLEO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO: CONSTRUINDO PERCEPÇÕES POSSÍVEIS SOBRE A INSERÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MUNDO DO TRABALHO	
Sibila Luft Ana Paula Parise Malavolta Clairton Basin Pivoto	
DOI 10.22533/at.ed.92719130613	
CAPÍTULO 14	130
UMA EXPERIÊNCIA DE CURSINHO POPULAR: ENTRE IMPLICAÇÕES E DESLOCAMENTOS	
Leonardo Paes Niero Romualdo Dias André Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92719130614	

CAPÍTULO 15	142
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA FCT/UNESP: UM OLHAR SOBRE SUA HISTÓRIA E PRODUÇÕES	
Jefferson Martins Costa Vanda Moreira Machado Lima Guilherme dos Santos Claudino	
DOI 10.22533/at.ed.92719130615	
CAPÍTULO 16	153
TERMÔMETRO MUNICIPAL: INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO PARA O MUNICÍPIO DE SANTIAGO/RS	
Kamila Lazzeri Manzoni Francine Minuzzi Gorski Lucas Urach Sudati Lucineide de Fátima Marian Tiago Gorski Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.92719130616	
CAPÍTULO 17	164
O EQUILÍBRIO DE PODER EM “A POLÍTICA DE PODER” DE MARTIN WIGHT: ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A ESCOLA INGLESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Theo Peixoto Scudellari Rafael Salatini de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.92719130617	
CAPÍTULO 18	176
ARTE E TECNOLOGIA – APLICAÇÃO DE ARDUINO NA MONTAGEM DE UM MONITOR 3D “CUBE LED” (CUBO DE DIODO EMISSOR DE LUZ)	
Rodolfo Nucci Porsani Luiz Antonio Vasques Hellmeister Augusto Seolin Jurisato	
DOI 10.22533/at.ed.92719130618	
CAPÍTULO 19	188
CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: O CASO DO PARQUE ECOLÓGICO NELSON BUGALHO (PRESIDENTE PRUDENTE – SP)	
Patrícia Cereda de Azevedo Eda Maria Góes	
DOI 10.22533/at.ed.92719130619	
CAPÍTULO 20	200
O LEVIATÃ NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO A PARTIR DE HOBBS DO “USA PATRIOT ACT”	
Luís Felipe Mendes Felício	
DOI 10.22533/at.ed.92719130620	
CAPÍTULO 21	211
O RE-APRENDIZADO DE PESSOAS DEFICIENTES VISUAIS A PARTIR DA FASE ADULTA NOS ESPAÇOS SOCIAIS	
Simone Aires da Silva Rúbia Emmel	
DOI 10.22533/at.ed.92719130621	

CAPÍTULO 22 223

O RETORNO DO INTERNAMENTO DOS INDIVÍDUOS DESVIANTES NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POBREZA E DA LOUCURA

Letícia Lafelix Minari

Hélio Rebello Cardoso Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92719130622

SOBRE A ORGANIZADORA..... 235

O EQUILÍBRIO DE PODER EM “A POLÍTICA DE PODER” DE MARTIN WIGHT: ESTUDO INTRODUTÓRIO SOBRE A ESCOLA INGLESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Theo Peixoto Scudellari

Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho, campus de Marília

Rafael Salatini de Almeida

Faculdade de Filosofia e Ciências da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho, campus de Marília

RESUMO: O presente trabalho de pesquisa objetiva centralmente analisar a posição central de Martin Wight dentro da chamada Escola Inglesa de teoria das relações internacionais, destacando especialmente sua obra principal, *A política de poder*, e dentro desta o conceito de “equilíbrio de poder”. Sendo objetivos mais específicos do trabalho pesquisar as linhas teóricas gerais da chamada Escola Inglesa de teoria das relações internacionais, pesquisar as linhas teóricas gerais da obra wightiana *A política de poder*, pesquisar centralmente o conceito de “equilíbrio de poder” nessa obra, e, conclusivamente, analisar a importância geral do pensamento internacionalista wightiano para a teoria das relações internacionais. Dessa forma, o projeto presente pretende contribuir para o adensamento da produção intelectual brasileira sobre a teoria das relações internacionais, considerando a persistente e irrazoável superioridade dos estudos empíricos

sobre os estudos teóricos sobre as relações internacionais ainda existente em nossa produção bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Inglesa; Martin Wight; *A política de poder*; equilíbrio de poder

THE BALANCE OF POWER IN “POWER POLITICS” OF MARTIN WIGHT: INTRODUCTORY STUDY ABOUT THE ENGLISH SCHOOL OF INTERNATIONAL RELATIONS

ABSTRACT: The present scientific initiation project aims to centrally analyze Martin Wight’s central position within the so-called English School of International Relations Theory, especially highlighting his major work, *Power politics*, and within this concept of “balance of power”. As more specific objectives of the project are to research the general theoretical lines of the so-called English School of International Relations Theory, to research the general theoretical lines of the Wightian work *Power politics*, to centrally research the concept of “balance of power” in this work, and, conclusively, to analyze the general importance of Wightian internationalist thinking for the theory of international relations. Thus, the project intends to contribute to the consolidation of Brazilian intellectual production on the theory of international relations, considering

the persistent and unreasonable superiority of the empirical studies on the theoretical studies on international relations still existing in our bibliographic production.

KEYWORDS: English School; Martin Wight; *Power politics*; balance of power

1 | INTRODUÇÃO: A ESCOLA INGLESA

Em meio aos debates que permeavam a teorização acerca das Relações Internacionais na década de 1950 – o chamado “segundo debate” das teorias sobre as relações internacionais –, o conjunto de contribuições mais importante talvez seja aquelas que buscaram refletir acerca da sociedade internacional pela chamada de Escola Inglesa, que incluía nomes como Martin Wight (1913-1972), Hedley Bull (1932-1985) e Adam Watson (1914-2007). Tal escola teórica objetivava estabelecer uma fundamentação para a interpretação das relações internacionais que se pautasse em um meio-termo entre aspectos do “realismo clássico” (pautado a partir de princípios da filosofia política de Maquiavel e de Hobbes), que enxergava o sistema internacional de maneira pessimista, e do que foi chamado de “idealismo” (pautado, por sua vez, a partir de princípios da filosofia política de Grócio e Kant), que, ao contrário da anterior, apresenta uma visão mais otimista acerca da humanidade e da convivência no sistema internacional, de modo que se buscou fundar uma teoria das relações internacionais denominada como “racionalismo” (LINKLATER, 2010).

Tal escola se pautou, de início, nas denominações de Martin Wight, que considerava ambas as vertentes anteriores (realismo e idealismo) como pontos extremos, praticamente puros, buscando um meio-termo praticamente exato entre elas – o que, na verdade, não ocorre, visto que a Escola Inglesa possui uma leve inclinação para o lado teórico realista. Sendo assim, a essência dessa concepção seria principalmente o fato de que os Estados não abandonariam a guerra, contudo, obteriam diversos meios relacionais de maneira que pudessem controlar a utilização dos meios agressivos, de forma que se estabelecesse um estado de intensa ordem mesmo em um contexto de “anarquia internacional” (isto é, sem a existência de um governo que seja superior à soberania dos Estados), o que determinaria a não existência de um caos internacional.

Apesar de as produções da Escola Inglesa datarem do período da Guerra Fria, a importância e influência desta para os estudos acerca das relações internacionais foram reconhecidas apenas após o fim da bipolaridade, que, segundo Saraiva, ocorreria tanto na esfera político-ideológica como na intelectual, incluindo o debate sobre as relações internacionais, o qual apresentava-se então apenas a partir de extremos de análise, ou seja, em bases opostas (SARAIVA, 2006). É importante observar, segundo o autor, como os teóricos da Escola Inglesa contribuíram com os estudos das relações internacionais utilizando-se de uma investigação mais moderada, a qual ele chama de *middle-course*, entendido como “a possibilidade de que as antinomias sejam contidas por meio de formas intermediárias, menos radicais sob o ponto de vista intelectual

e político, menos apaixonadas pela Guerra Fria e talvez mais saudosa da velha hegemonia europeia do século XIX” (SARAIVA, 2006, p. 133).

Entende-se, assim, que o contexto de fundamentação das ideias apresentadas pela Escola Inglesa caracterizava um “debate” entre as teorizações ocidentais e orientais típicas da Guerra Fria, considerando-se ainda Wight e Bull como os principais contribuintes para a formulação dos aspectos dessa vertente teórica, motivo pelo qual serão vistos doravante aspectos básicos de ambos, com maior foco em Wight, tendo em vista os objetivos pretendidos pelo presente projeto de pesquisa.

Os ideais gerais da Escola Inglesa obtiveram intensa influência dos escritos de Hedley Bull, principalmente no que se refere à sua obra *A sociedade anárquica* (1977), em que, notadamente, apresenta dois termos aparentemente conflitantes, ou paradoxais, de maneira que “sociedade” referir-se-ia a um sistema em que prevalecesse a lei, a ordem e a institucionalização da “convivência”, enquanto a “anarquia” representaria um ideal de caos, isto é, em que os Estados manter-se-iam sempre em disputas pautadas sobre elementos de poder. A partir de tais aspectos, Bull objetiva expor que a “anarquia” representaria um sistema apenas sem a presença de uma instituição que fosse superior ao governo de cada Estado, de modo que a “sociedade” apresenta a ideia de convergência de opiniões acerca da manutenção de um sistema equilibrado (ideia do “equilíbrio de poder”, acerca da qual discorrer-se-á mais à frente), sustentando-se um sistema de controle baseado no uso da força e, conseqüentemente, da ocorrência da guerra.

Segundo Bull, tal caracterização surgiria a partir de um modelo originariamente europeu e então disseminado para as diversas regiões do globo, transformando então essa convivência em algo factualmente internacional. Tal análise, por exemplo, reflete intensa complexidade de interpretação e de entendimento, principalmente no que concerne aos campos filosófico e epistemológico utilizados por esse autor, assim como pelos demais autores da escola (incluindo destacadamente a teoria de Wight (BULL, 1976)).

Nota-se, a partir dessa análise, a tendência dos teóricos da Escola Inglesa para as formulações ocidentais, focando, majoritariamente, nos mesmos elementos e atores apresentados por outros autores ocidentais (principalmente aqueles que caracterizaram o chamado “primeiro debate” teóricos sobre as relações internacionais, que incluem autores como E.H. Carr, Hans Morgenthau, Raymond Aron, etc.). O que, entretanto, difere essa escola, promovendo uma análise em curso distinto, é, entre outros aspectos, a observação de aspectos referentes aos direitos humanos, que eram considerados um fator determinante para a convivência na sociedade internacional, culminando na configuração de um consenso na manutenção de um sistema equilibrado, que seria o único possível dentro do sistema internacional. Como definiria Linklater:

The English School is a Western Theory that seeks to explain and ideed to defend a Western set of practices while recognising that international society must continue

to involve now that it has out grown Europe and the West. It warrants respect as the perspective that most clearly understands the necessity of building bridges between Western and non-Western perspectives on international relations. (LINKLATER, 2010, p. 12)

Entende-se, portanto, a partir dessa perspectiva, que a Escola Inglesa não se desvincula dos conceitos e parâmetros ditos ocidentais em sua fundamentação essencial, porém entende a importância de se teorizar e aprofundar acerca do desenvolvimento da sociedade internacional no que se refere ao seu alcance global e à sua importância nas mais diversas regiões. Nesse sentido, as observações e contribuições da Escola Inglesa para o estudo das relações internacionais refletem um outro aspecto importante, colocado por Souza em suas considerações referentes ao campo de estudo na escola anglo-saxônica, sobre como a Grã-Bretanha diferenciou-se dos Estados Unidos acerca da “dominação acadêmica” das teorias realistas. Esse autor coloca:

Nesse sentido, a influência dos principais acadêmicos tem um papel relevante. Na Grã-Bretanha, ao contrário do que aconteceu nos EUA, muitos dos principais acadêmicos dos anos [19]40 e [19]50, como Arnold Toynbee, Charles Manning e Martin Wight, foram defensores da Liga das Nações. Suganami destaca a influência decisiva de Manning no estabelecimento, desde o início do estudo acadêmico das Relações Internacionais na Grã-Bretanha, de uma abordagem predominantemente racionalista – no sentido dado por Wight, como uma via média entre o realismo e o idealismo. Segundo ele argumenta, houve a predominância do racionalismo na Grã-Bretanha, onde, diferentemente dos EUA, o realismo nunca obteve um status hegemônico. (SOUZA, p 19, 2003)

Em decorrência de tais exposições, deve-se entender a importância da Escola Inglesa para as formulações e fundamentações sobre as teorias das relações internacionais, julgando a não existência de um método específico para as mesmas, além das concepções estabelecidas sobre os aspectos referentes ao sistema internacional e a correlação entre os Estados (com destaque para aqueles de maior influência dentro de um determinado contexto), principalmente no que tange ao método de análise e de busca por um meio-termo entre o realismo e o idealismo.

2 | MARTIN WIGHT E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ESCOLA INGLESA

Nascido um ano antes do estopim da Primeira Guerra Mundial, em 1913, ao sul da Inglaterra, Robert James Martin Wight, até os dias de hoje considerado como um dos principais teóricos das relações internacionais, foi um dos fundadores da chamada Escola Inglesa. Segundo Linklater, essa escola obteve seu pontapé inicial quando Wight descreveu a corrente “racionalista” acerca das características do funcionamento da “sociedade internacional”. Foi um autor com poucas publicações, de maneira que se destacam em seus escritos especialmente as obras *Sistema de Estados* (1977) e *A política do poder* (1946; revisto e expandido em 1978), sendo esta última obra, mais

famosa e influente no debate acadêmico sobre as relações internacionais, fundamental para os objetivos de análise do presente projeto de pesquisa, estabelecendo alguns dos principais conceitos acerca das relações internacionais e, principalmente, a ideia de “equilíbrio de poder”, que será o objeto central de nossa atenção.

Durante a década de 1930, Martin Wight fora um grande apoiador dos ideais da Liga das Nações, visão que era tida como uma alternativa para a guerra e para as políticas do equilíbrio de poder adotadas pela maior parte dos Estados de grande visibilidade no cenário internacional. Contudo, após as sequentes falhas dessa organização e o verdadeiro conhecimento acerca da vertente liberal que era a sua principal defensora, Wight deixou de acreditar na organização e passou a adotar uma postura não muito extrema, como pretendia as vertentes realistas, buscando as ideias e ações a partir de princípios mais pautados na moral (PORTER, 2006).

Wight buscava analisar os principais aspectos das relações internacionais a partir do estabelecimento de extremos e da tentativa, por conseguinte, de obtenção de um meio-termo entre estes (o que se aproxima da definição básica apresentada acerca da Escola Inglesa). Sendo assim, apresentou uma variedade de conceitos em seus textos, buscando deixar claro que estes estariam aplicados a princípios e aspectos abrangentes, isto é, teriam campos vastos de aplicação (GRIFFITHS, 2007).

Vale ressaltar que boa parte de seus textos eram baseados em suas palestras ou apresentações para as universidades em que lecionava, com destaque para as Universidades de Sussex, Oxford e London, de forma que se apresentam, em algumas situações, de maneira não cronológica e divididos sobre uma variedade considerável de conceitos em diversas esferas tangentes às relações internacionais.

Um dos principais conceitos desenvolvidos por Wight – e por outros teóricos da Escola Inglesa, como Hedley Bull (sendo o próprio título de sua principal obra) – é o de “sociedade internacional”, a qual, apesar da prevalência de aspectos da realidade que ofusquem sua verdadeira essência, jamais deixaria de existir. Para tanto, o autor realizou análises não só do sistema internacional moderno, mas também de outros sistemas não pautados apenas na formação e na atuação dos Estados modernos, de modo que pudesse avaliar o funcionamento do sistema em função de elementos não apenas referentes à política do poder e a disputa de interesses entre as potências ou agentes modernos, mas igualmente no caso de outros sistemas (SOUZA, 2003).

Dessa forma, utiliza-se de itens históricos para explicar as transformações do sistema internacional no que se refere à existência de pontos atinentes à “sociedade internacional”. Em *A política do poder*, estabelece uma pequena comparação dos aspectos referentes aos comportamentos e as relações positivas entre os Estados que não dizem respeito ao interesse e poder nos períodos pós-guerras mundiais. Assim, coloca:

Talvez a mais marcante entre as muitas diferenças seja o fato de que o período posterior a 1919 conheceu a maior tentativa já empreendida para dotar a

sociedade internacional de uma constituição efetiva e para estabelecer a lei e a ordem internacionais mediante a cooperação entre os estados. Mas o período que se seguiu a 1945 demonstrou, em contraste, um retrocesso à política do poder revolucionária, e tem sido marcado por uma menor preocupação com a legalidade e a ordem. (WIGHT, 2002, p. 221)

Nota-se, assim, uma intensa tentativa por parte de Wight em se distanciar de ambos os extremos estabelecidos para a fundamentação metodológica, principalmente do realismo, sendo este o mais utilizado, contudo, em termos de fontes e de bases para seus escritos. Isso fica explícito a partir dos próprios títulos da obra supracitada, a exemplo de “Diplomacia”, “A Organização das Nações Unidas” e, até mesmo, “Sociedade internacional”, no qual apresenta um enfoque nos elementos expostos anteriormente. Sua proposta é bem estabelecida nas seguintes palavras:

No estudo da política internacional, somos perseguidos pelo insistente problema de saber se as relações entre as potências são de fato algo mais do que a “política do poder” no sentido popular do termo, e se elas podem realmente ser a ser mais do que realmente isso. Vista de determinado ângulo, a questão central consiste em estabelecer até que ponto pode-se dizer que as potências possuem interesses em comum. (WIGHT, 2002, p. 305)

O que se observa, então, é a construção da ideia de Wight sobre as “três tradições da política internacional”, de maneira que estas são tidas como as principais contribuições do autor para o surgimento e o desenvolvimento da Escola Inglesa. Dessa forma, procura definir tais tradições em busca da resposta para a pergunta que ele julga mais importante para o estudo das relações internacionais, tendo como foco o elemento já citado anteriormente: “O que é a sociedade internacional?” (SOUZA, 2003). E, nesses termos, fica clara a busca do autor pelo meio-termo. No capítulo com título referente à pergunta supracitada, Wight aponta:

[...] declaram que a condição para a existência de relações internacionais é melhor descrita por “anarquia internacional [...]”. Se anarquia significa a ausência de um governo comum, então esta é precisamente a característica na qual a política internacional difere da política doméstica. Mas, se anarquia significa a desordem completa, então esta não é uma descrição verdadeira das relações internacionais. Nos assuntos internacionais há tanto cooperação quanto conflito [...]. (WIGHT, 2002, p. 97)

Assim, Wight passa a definir os aspectos das três tradições por ele estabelecidas e, aos poucos, desenvolver seus conceitos e delinear sua visão acerca de como funciona o sistema internacional nos vários capítulos que compõem a obra destacada.

3 | A POLÍTICA DO PODER E OS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Como dito, a principal obra de Wight a ser analisada no presente projeto será *A política de poder*, tendo sua primeira versão publicada em 1946, com páginas reduzidas e não contando com todos os capítulos das edições posteriores, que seriam publicadas por Bull e pela esposa de Wight, a partir de uma análise e ligame entre os textos escritos em seus anos de vida – principalmente, como já supracitado, aqueles baseados em suas experiências e pesquisas acadêmicas. É interessante observar que, segundo descrição dos editores da referida obra, apesar de o número de páginas praticamente quadruplicar da primeira edição de 1946 para as mais atuais, a essência da proposta e do conteúdo ali apresentados é praticamente imutável, de maneira que há um maior detalhamento e um caráter mais explicativo no que tange ao processo de construção dos ideais wightianos sobre a política internacional e, mais precisamente, sobre a política do poder.

A obra a ser utilizada como fonte principal de pesquisa possui vinte e quatro capítulos, que estão organizados a partir das definições mais simples (começando, por exemplo, pelos tipos de potências existentes no cenário internacional), passando pelas organizações que o autor julga controlarem a ausência de um governo unificado para os Estados (como os supracitados no item anterior), isto é, os elementos que agregam um caráter moral ao sistema internacional, de maneira que a característica anárquica do sistema não se coloca como sendo um ideal de violência generalizada ou de desordem/desorganização completa. Souza diria:

O racionalismo incipiente do autor apresentado em *A Política do Poder* fica mais claro na edição póstuma, de 1978, em versão expandida do livro de 1946. [...] A nova versão de *A Política do Poder* enfatiza ainda mais a noção de sociedade internacional e, de certa maneira, distancia-se mais do realismo. (SOUZA, 2003, p. 23)

Somando a tais elementos, Wight se utiliza constantemente de uma análise a partir de uma perspectiva histórica, unindo suas conceituações e teorizações com tópicos históricos, de maneira a criar um debate e enriquecer sua argumentação. Isso fica claro em capítulos como o sobre a Liga das Nações. Esse aparato metodológico torna-se essencial para a teoria wightiana e em todo o contexto da Escola Inglesa, de maneira a delimitar uma nova forma de análise da política internacional (SIMÕES, 2008), como antes havia, por exemplo, em Morgenthau ou no grupo dos behavioristas, que se utilizavam de métodos cientificistas ou de teorizações pautadas em aspectos que, para o autor, delimitariam a dinâmica do sistema internacional.

Contudo, alguns autores e analistas costumam aproximar o método de Wight ao de Carr, principalmente em função da análise dos pilares da política e da observação das conceituações e argumentações a partir de uma perspectiva histórica, conquanto deve-se entender que suas formulações diferenciam-se em diversas esferas, a exemplo do fato de Carr jamais aceitar a existência de uma vertente racionalista.

Essa caracterização moral em meio aos principais aspectos referenciados nos escritos realistas é que traz uma visão distinta da política internacional por parte de Wight e, conseqüentemente, a partir de sua influência, da Escola Inglesa. Segundo Marconi, “essas combinações entre teoria e história, moralidade e poder, agência e estrutura enriquecem a Escola Inglesa” (MARCONI, 2008, p. 16), existindo ainda outras perspectivas e interpretações acerca dos múltiplos meios utilizados por Wight e pelos demais autores da Escola Inglesa, contudo não cabendo aqui fazer uma análise maior acerca dos mesmos.

Em meio a sua argumentação ampla e diversificada, observa-se como sendo de extrema importância a conceituação que Wight faz de “potência” – ressignificando o termo, de modo a diferenciar das ideias postuladas em outros momentos e outras obras –, de forma que as caracteriza como sendo qualquer país, classificando tais tipos de potência, o que facilita a delimitação do tópico a ser tratado em função dos países que encaixar-se-iam no mesmo conceito. A partir de então, observa diversos aspectos históricos em função dos conceitos supracitados, considerando a influência de determinados elementos para a construção do sistema internacional como era conhecido, como o caso das revoluções internacionais e a influência da ideologia para a transformação do sistema e para as ações dos Estados. Os próprios aspectos oriundos da visão realista são observados por Wight a partir desse viés mais histórico, utilizando-se sempre dessa representação dos diferentes tipos de potências.

Essas relações entre as potências, e suas classificações, estariam intrinsecamente ligadas ao poder e à distribuição deste em meio àquelas, justificando, portanto, o título da obra, julgando que as relações entre os Estados estão fortemente vinculadas às questões tangentes ao poder, de maneira a serem contidas pelos elementos e instituições ligadas à moral e ao sentimento de sociedade, isto é, na parte diplomática na relação de Estados. Como dito, essa correlação deve ser considerada como o aspecto central da análise de Wight.

4 | A IDEIA DE EQUILÍBRIO DE PODER

Para Wight, o equilíbrio de poder suplanta uma perspectiva de relações de poder a partir do aspecto geográfico e físico, de maneira que o autor determina que isso seria basicamente a “configuração do poder” (WIGHT, 2002, pp. 155-166). É interessante notar como o mesmo diferencia a ideia de “equilíbrio de poder” em relação ao conceito desenvolvido por autores realistas, partindo do fundamento de que tal conceito estabelece uma relação entre o peso moral e a força militar das potências. Em um âmbito mais geral, relaciona tal concepção com a formulação de Hume de que a política do “equilíbrio de poder” está intrinsecamente ligada ao ideal da autopreservação, ou seja, seria o meio – seja ele voluntário ou involuntário por parte da potência – através do qual os Estados envolver-se-iam para manterem-se ativos e influentes no contexto da política internacional.

Assim, pode-se notar uma concepção teórica atrelada a perspectivas históricas (relacionadas a partir de diversos exemplos no decorrer da obra e, com mais ênfase, no capítulo XVI, intitulado justamente “O equilíbrio de poder”), a partir de análises tanto dos fenômenos internacionais, principalmente da política, como de princípios metafísicos. Isso denota um caráter não propriamente subjetivo, mas interpretativo, ou seja, de diferentes formas de se abordar a teoria do “equilíbrio de poder”, sendo essas distintas maneiras abordadas pelas próprias potências e seus estadistas – a maioria em função de seus próprios interesses – ou até mesmo pelos teóricos ou analistas do sistema internacional (WIGHT, 2002, p. 181).

Considerando o “equilíbrio de poder” como algo extremamente abrangente e dinâmico, Wight entende esse conceito como um círculo aparentemente contínuo (WIGHT, 2002, p. 168). Não obstante, define que existem, basicamente, dois tipos de “equilíbrio de poder” que predominam e marcaram as relações sistêmicas entre os Estados no decorrer da história: o “equilíbrio múltiplo” e o “equilíbrio simples”. É interessante analisar a analogia que o autor faz com o primeiro sendo parecido com um carrossel, e com o segundo, próximo a uma gangorra (WIGHT, 1985, p. 169).

Dessarte, o primeiro tipo de equilíbrio, “múltiplo”, estaria relacionado com a presença de três ou mais potências influentes no cenário internacional à frente da política de poder, isto é, a maior parte dos fenômenos e ações caracterizadas a partir de uma perspectiva pautada no poder está conectada com tais grandes potências ou Estados, de modo que o “equilíbrio” do sistema depende deles e estará ligado às suas políticas e relações (principalmente aquelas entre eles mesmos, a exemplo de guerras (TRENTO, 2008), as quais deverão definir o posicionamento deles e, conseqüentemente, apresentar uma tentativa – mesmo que involuntária – de ascensão de um dos grandes Estados para que o equilíbrio não seja rompido e, assim, surja uma potência que, sozinha, domine toda a política e distribuição do poder e causa uma transformação nas engrenagens da política internacional).

Pode haver também o caso de uma potência dominar, por conta própria, a distribuição do “equilíbrio de poder”, como fora o caso da Grã-Bretanha no decorrer do século XIX, em que essa potência determinava qual lado seria o mais “pesado” na balança de poder da época – apesar de Wight entender essa concepção como incongruente com a proposta de equilíbrio.

No sentido do exemplo supracitado sobre as guerras e a possível consequência da mesma, tem-se o segundo tipo de equilíbrio, o “simples”, que seria definido pela existência de duas potências – ou dois blocos/grupos de apoio – que passam a dominar após a “crise” (WIGHT, 2002, p. 169), de maneira que o equilíbrio passa a “pender” entre ambas, tornando o sistema e as relações da política internacional mais instáveis, a exemplo do que ocorrera no período da Guerra Fria, com intensa disputa e polarização das questões tangentes ao poder entre os EUA e a URSS.

Esse segundo tipo torna mais preocupante diversos elementos das relações internacionais, visto que apresenta uma maior necessidade da aplicação de recursos

mediadores das relações de poder, ou seja, aspectos de diplomacia, organizações internacionais e até mesmo do direito internacional. Mas nem sempre tais alternativas são suficientes, a exemplo do final da década de 1930 e a convergência dos fenômenos para a eclosão da Segunda Grande Guerra. Wight coloca que “chega o momento em que as manobras para a tomada de posição e para a formação de alianças não podem ser mais prolongadas e o equilíbrio do poder se desequilibra, gerando uma guerra total” (WIGHT, 2002, p. 170).

Essa tensão gerada vai sendo reconstruída e reconfigurada – principalmente a partir das definições dos “vencedores” da guerra – de maneira a estabelecer um novo “equilíbrio de poder” e uma nova distribuição do mesmo (a qual virá a beneficiar aqueles que triunfaram no conflito que caracterizou a crise do equilíbrio anterior), colocando, assim, o sistema em constante mudança e dentro do ciclo que Wight descreveu como existente nas relações de poder entre as potências ou Estados no decorrer da história da humanidade. Tal ponto caracteriza o que ele chama posteriormente de “compensação”, sendo esta uma forma de aplicação da política do “equilíbrio de poder” (WIGH, 2002, p. 188).

Wight ressalta a todo momento os cuidados que se deve tomar para com a expressão “equilíbrio de poder”, visto que esta possui um caráter amplo e muitas vezes enganoso, considerando que, até onde aqui fora abordado, por exemplo, o termo “equilíbrio” não teve seu significado plenamente inserido, visto que este remete à ideia de pontos igualmente distribuídos, equânimes, que não diferem uns dos outros. Todavia, como dito, a política do “equilíbrio de poder” geralmente coloca algumas potências – grandes – em evidência ou, até mesmo, um número bem reduzido delas, na disputa das questões referentes ao poder e, ainda, pode ser uma distribuição não equivalente, dando maior influência e capacidade de atuação e de determinação da configuração do sistema para apenas uma dela.

Sendo assim, deve-se entender que há alguns distintos sentidos para a aplicação dos termos, de maneira que um deles é a própria ideia de que o poder é igualmente distribuído entre as potências. Um outro sentido seria o ideal, a perspectiva de que essa seria a configuração necessária e primordial para o sistema internacional, isto é, um “princípio” para o mesmo (WIGHT, 2002, p. 173). Ademais, os outros sentidos estariam ligados às distribuições desiguais e que colocam uma ou poucas potências em evidência ou a busca de uma distribuição que seja viável para determinadas potências, isto é, vantajosa para algumas delas (principalmente aquelas que organizam e determinam tais aspectos na política internacional em função de elementos históricos que as posicionaram de tal forma).

Por fim, ressalta-se que Wight não considera a teoria do “equilíbrio de poder” como uma “lei política efetiva” (WIGH, 2002, p. 180), visto que devem ser analisadas as transformações que o sistema vem sofrendo em diversas esferas e se novas formas de relação e de atuação política dos Estados – principalmente a partir da expansão das características políticas no contexto internacional para outras regiões do mundo

após a Segunda Guerra Mundial – e se estas não levariam a uma nova forma de distribuição do poder que anulasse ou reduzisse exponencialmente a prevalência de uma ideia de “equilíbrio de poder”. Segundo Wight:

Pode ser que ela [a teoria do equilíbrio de poder] funcione como uma força que diminui progressivamente. Nós já vimos que, enquanto a sociedade internacional expandiu-se da Europa para todo o mundo, houve também uma constante redução do número de grandes potências: ainda que o campo de atuação do equilíbrio de poder tenha se expandido, o número de pesos decisivos declinou. [...] O que temos de fazer é esclarecer os limites históricos e geográficos dentro dos quais funciona o equilíbrio de poder, e isso parece ser o mesmo que definir o campo de ação da própria política internacional. (WIGHT, 2002, pp. 180-181)

Fica claro, então, que a teoria do “equilíbrio de poder” se coloca como extremamente importante para o entendimento da política internacional e da dinâmica das relações internacionais, de maneira a caracterizar em grande parte – tidos os freios e contrapesos já aludidos anteriormente – os fenômenos envolvendo as potências do sistema, tendo sempre em vista que tal elemento não se coloca como lei universal e imutável, principalmente em função do caráter radical de transformação que o sistema internacional vem adquirindo no decorrer dos processos históricos.

REFERÊNCIAS

BRAILLARD, Philippe (org.). **Teoria das relações internacionais**. Trad. J.J. Pereira Gomes/A. Silva Dias. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990. (626 p.)

BULL, Hedley, **A sociedade anárquica – Um estudo da ordem política mundial**. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: UnB/ IRPI, 2002. (361 p.)

BULL, Hedley. “Martin Wight and the theory of International Relations: The second Martin Wight memorial lecture”. **British Journal of International Studies**, v. 02, n. 02, jul. 1976, pp. 101-116.

GRIFFITHS, Martin. “Martin Wight”. In: GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes estrategistas das relações internacionais**. Trad. Vânia de Castro. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 248-254.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Trad. Cristina Soreanu Pecequilo. Rev. Paulo Fagundes Visentini. Porto Alegre: UFRGS, 2007. (308 p.)

LINKLATER, Andrew. “The English School conception of International Society: Reflections on Western and non-Western perspectives”. **Ritsumeikan Annual Review of International Studies**, 2010, v. 09, pp. 01-13. [Disponível em: <http://www.ritsumei.ac.jp/acd/cg/ir/college/bulletin/e-vol.9/01Andrew%20Linklater.pdf>]

MARCONI, Cláudia Alvarenga. Ética e política na Escola Inglesa de Relações Internacionais. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2008. (148 p.) [Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03092009-160440/pt-br.php>]

PORTER, Brian. “The international political thought of Martin Wight”. **International Affairs**, v. 04, n. 83, 2007, pp. 783-789. [Disponível em: <http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/the-international-political-thought-of-martin-wight.pdf>]

SARAIVA, José Flávio Sombra. “Revisitando a Escola Inglesa”. **Revista Brasileira de Política**

Internacional, 2006, v. 49, n. 1, 2017, pp.131-138. [Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n1/a07v49n1.pdf>]

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Trad. Carlos Sérgio Duarte. Brasília: UnB, 1985. (263 p.)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-392-7

